



Bandeira gigante do Brasil foi colocada no gramado do Congresso em ato apoiado pela Frente Parlamentar Ambientalista

## CONGRESSO INICIA A ANÁLISE DOS VETOS

Indicada por Renan e Chinaglia, comissão mista de parlamentares deve concluir em até 20 dias o exame de decisões do Executivo

### No Dia da Água, nasce frente pela Amazônia

Com 23 senadores e 253 deputados, foi lançada ontem, Dia Mundial da Água, a Frente Parlamentar Mista Amazônia para Sempre. Seu objetivo é debater medidas destinadas a estimular a preservação e o desenvolvimento da região que contém 9% da água doce disponível do planeta. Em Plenário, diversos senadores debateram o uso da água, o aquecimento global e outros problemas ambientais. **Páginas 6 e 7**

### Comissões mudam rotina para racionalizar

Cada uma das 11 comissões permanentes do Senado vai ter um dia fixo de trabalho para impedir acúmulo de reuniões. **Página 2**

### Novos embaixadores são sabatinados

Nomes indicados para embaixadas brasileiras em Portugal e no Zimbábue foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores. **Página 5**

### Rondeau descarta apagão e promete crescimento

O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, disse que o PAC vai destinar R\$ 283,5 bilhões à infraestrutura energética até 2010, propiciando crescimento econômico de 5% em 2007. O presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Marconi Perillo, teme apagão. **Página 8**



Silas Rondeau (C) participa de audiência, ao lado de Marconi (D) e José Gabrielli



Renan (3º à esq.) ouve deputados antes do início da sessão do Congresso

Uma sessão do Congresso realizada no Plenário do Senado deu início ao exame dos mais de 600 vetos presidenciais a propostas aprovadas pelo Legislativo. Os 28 vetos lidos ontem serão analisados em até 20 dias por comissão de parlamentares designada pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da

Câmara, Arlindo Chinaglia.

O gesto foi saudado pela oposição como devolução de importante prerrogativa do Legislativo. A líder do PT, Ideli Salvatti, disse esperar que o envio de projeto alternativo à Emenda 3 – cujo veto causou uma queda-de-braço entre governo e oposição – resolva o problema. **Página 3**

Novas regras estabelecem que cada colegiado permanente só poderá ter duas subcomissões temporárias e que será evitada a realização de audiências no mesmo horário

## Comissões reorganizam trabalhos para impedir acúmulo de reuniões

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reuniu-se ontem com os presidentes das comissões permanentes a fim de definir uma nova ordem para os trabalhos, buscando impedir o acúmulo de reuniões no mesmo horário.

No encontro, ficou decidido que cada comissão só poderá ter duas subcomissões e que estas só poderão reunir-se às segundas e às sextas-feiras. Os colegiados que já têm três subcomissões temporárias em funcionamento deverão congelar o trabalho de uma delas até o encerramento do trabalho de uma das outras duas.

– Também acertamos um funcionamento rotineiro para as audiências públicas, de modo a não acumular audiências no mesmo horário. Decidimos, enfim, definir regras de organização para o melhor funcionamento do Senado



Renan (C) define com presidentes das comissões novas regras de funcionamento da Casa

Federal – afirmou Renan.

De acordo com o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a partir de agora, cada uma das 11 comissões permanentes da Casa vai ter um dia fixo de trabalho – na terça, quarta ou quinta-feira, pela manhã, pois os outros dois dias úteis da semana serão dedicados ao

trabalho das subcomissões.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), deixou a reunião dizendo que os presidentes das comissões permanentes foram unânimes sobre a conveniência desse calendário, que tornará mais racional o trabalho na Casa. Ele disse que agora o presidente do Senado vai levar o assunto à Mesa.

## Alvaro Dias pede revisão da lista de doenças crônicas

A revisão de portaria do Ministério da Saúde sobre a relação de doenças crônicas que define a concessão gratuita de remédios de alto custo a seus portadores foi requerida por Alvaro Dias (PSDB-PR).

– Um drama vem sendo enfrentado pelas famílias que abrigam portadores de doenças eventualmente não constantes da lista do Ministério da Saúde. Somente ação judicial permite a esses do-

entes receber o medicamento necessário. A saúde do povo deveria ser a suprema lei. A política de assistência farmacêutica precisa ser repensada – avaliou.

Alvaro Dias fez também um apelo ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo julgamento de mérito de ação civil pública que obriga o estado de Alagoas a fornecer medicamentos para pacientes renais crônicos em hemodiálise e pacientes transplantados. O



Alvaro: muitos doentes têm que recorrer à Justiça para receber os medicamentos

parlamentar pediu aos ministros do STF que não percam de vista a sensibilidade humana ao decidir sobre o caso.

## Ideli sugere envio de comitiva ao Rio para aniversário de Niemeyer

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), sugeriu que o Senado envie uma comitiva ao Rio de Janeiro para homenagear o arquiteto Oscar Niemeyer no centenário do seu nascimento.

Ideli informou que dois requerimentos foram apresentados pedindo homenagens do Senado a Niemeyer: um da própria senadora e outro de Inácio Arruda (PCdoB-CE). Entretanto, salientou, a idade do arquiteto dificulta que ele viaje a Brasília. Assim, sugeriu a parlamentar, a Casa poderia compor uma comitiva representativa suprapartidária para



Ideli quer comemorar os 100 anos do arquiteto no dia do aniversário de Brasília

realizar a homenagem no Rio de Janeiro, em 21 de abril (aniversário de Brasília), no Museu de Arte Contemporânea (MAC), “obra maravilhosa em Niterói”.

## Efraim propõe homenagem aos 70 anos da Rádio Bandeirantes

Efraim Morais (PFL-PB) apresentou requerimento solicitando a realização de sessão especial do Senado para homenagear o Grupo Bandeirantes de Comunicação, em razão do aniversário de 70 anos da Rádio Bandeirantes, a ser comemorado no próximo dia 6 de maio. Fundada em 1937, a Bandeirantes foi uma das primeiras emissoras comerciais do Brasil.

O senador também requereu voto de pesar pelo falecimento, na quarta-feira, do ex-vereador de Serra Branca (PB), Geraldo



Efraim também solicita voto de pesar pelo falecimento de ex-vereador de Serra Branca

Cantalice Queiroz, que também foi presidente da Câmara de Vereadores daquele município.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

A sessão de hoje, às 9h, é não-deliberativa, destinada a debate de parlamentares, comunicados da Mesa e das lideranças, além da apresentação de propostas. Os primeiros oradores inscritos para falar na tribuna são Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Efraim Morais, Antônio Carlos Valadares, Neuto de Conto e Cícero Lucena

Comissão formada por deputados e senadores analisará vetos lidos ontem. Chega à Câmara projeto alternativo à Emenda 3, elaborado pelo governo

## Governo envia à Câmara projeto de lei alternativo à Emenda 3

O governo federal enviou ao Congresso, na noite de quarta-feira, projeto que trata da fiscalização de empresas contratantes de profissionais sob a forma de pessoa jurídica – ou seja, como firma prestadora de serviço constituída por apenas um indivíduo. A proposta é a alternativa do Executivo à Emenda 3, que, incluída no projeto de lei que criou a Super-Receita, foi vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última sexta-feira, quando da sanção do texto.

A questão causou polêmica porque o governo argumenta que muitas empresas contratam profissionais como pessoa jurídica para esconderem relação trabalhista e, assim, pagar menos tributos. No entanto, parlamentares da oposição afirmam que esse tipo de contratação é benéfico para os prestadores de serviço – estes últimos seriam, segundo José Agripino (PFL-RN), “grandes empregadores de si mesmos neste país”.

O projeto apresentado quarta-feira (PL 536/07), que tramita na Câmara em regime de urgência, regulamenta o parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66).

De acordo com o texto proposto pelo governo federal, os auditores fiscais poderão notificar a empresa suspeita de cometer irregularidade (por contratar profissionais

sob a forma de pessoa jurídica), mas só poderão autuá-la e lançar o correspondente crédito tributário após prazo no qual a empresa terá condições de defender-se por meio de esclarecimentos.

Isso vai ao encontro do que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, havia dito na sexta-feira. Ele explicara, na ocasião, que a proposta permite que a empresa tenha direito à “ampla defesa” antes de ser autuada, ao contrário do que ocorre atualmente.

### Impedimento

O ministro também havia afirmado, ao justificar o veto à Emenda 3, que esse dispositivo, do modo como fora elaborado, impediria a atividade de fiscalização – a emenda previa que a atuação e outros procedimentos somente poderiam ser feitos após decisão judicial nesse sentido.

Mantega, assim como parlamentares da base governista, entre eles Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltaram que a tramitação do projeto permitirá sua discussão e possível modificação no Congresso.

PFL e PSDB vinham obstruindo as votações do Senado, como protesto contra o veto presidencial. Na quarta-feira, as lideranças partidárias firmaram acordo em torno da questão e, como resultado, o Congresso realizou sessão ontem, destinada à leitura de 28 vetos.

## Congresso cria comissão e inicia exame dos vetos presidenciais

Em sessão do Congresso realizada ontem, foram lidos 28 vetos presidenciais totais e parciais a projetos aprovados pelo Legislativo. Uma comissão mista composta por parlamentares indicados pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, deve ser formada para analisar o conteúdo desses vetos em até 20 dias.

Ao todo, são mais de 600 sem análise no Congresso. Entre eles, destaca-se o veto parcial da Super-Receita, aplicado à Emenda 3 do projeto da Câmara (PLC 20/06) que dispõe sobre a administração tributária federal. A emenda retira dos auditores fiscais da Receita o poder de estabelecer se a relação entre duas pessoas jurídicas é trabalhista ou empresarial.

O governo justifica que, com o veto, os auditores poderão descobrir se há em determinado caso relação trabalhista disfarçada de prestação de serviços e interferir. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, frisou, à época do veto, que a legislação atual não está adaptada à nova realidade de contratação de pessoas jurídicas.

A líder da bancada de apoio ao governo, Ideli Salvatti (PT-SC), disse esperar que o acordo firmado



Ao lado de Renan (D), Osmar Serraglio, 1º secretário do Congresso, faz a leitura dos vetos

na reunião de líderes realizada quarta-feira seja capaz de dar uma solução a esse impasse constitucional. Ela lembrou que o Executivo enviou projeto à Câmara com solução alternativa para o assunto a que se refere a Emenda 3.

Já o líder do PFL na Câmara, deputado Onyx Lorenzoni (RS), afirma que seu partido está disposto a derrubar o veto que suprimiu a emenda.

### Sudam e Sudene

Outros vetos que devem ser avaliados pelos parlamentares são os relativos aos projetos de recriação das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). A líder da Minoria, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), lembrou

que, em reunião com Renan, os parlamentares das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste receberam o apoio para que os vetos fossem examinados.

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da qual é presidente, Lúcia Vânia (PSDB-GO) iniciou a mobilização das bancadas dos parlamentares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para restaurar as partes vetadas.

Cícero Lucena (PSDB-PB) coordenará a bancada do Nordeste. Os parlamentares da região Norte serão mobilizados por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), enquanto Jonas Pinheiro (PFL-MT) discutirá com a bancada do Centro-Oeste o apoio às bancadas do Norte e Nordeste.

## Jucá: proposta do Executivo é início da reforma trabalhista

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que o projeto enviado pelo governo, em substituição à Emenda 3, abre caminho para se discutir uma reforma trabalhista há muito desejada pelo Brasil.

– Esse é sem dúvida o início de uma reforma trabalhista. Porque essa relação de trabalho, entre empresa jurídica unipessoal e empresa jurídica constituída, é uma relação que vem crescendo no Brasil. Temos que ajustar a política fiscal a essa nova realidade trabalhista. Mas não podemos nos antecipar e criar uma política fiscal que aniquile as relações de trabalho tradicionais. Temos que ir com moderação – disse.

Jucá explicou que o projeto do governo não é uma resposta definitiva, mas tentativa de dis-



Na opinião de Jucá, é preciso ajustar política fiscal à nova realidade do país

cussão da realidade enfrentada pelo país. O líder entende que, a partir desse texto, será possível buscar solução capaz de atender aos que desejam se constituir em pessoa jurídica individual e aos que preferem manter com seus padrões as relações trabalhistas tradicionais.

## Líderes sindicais apóiam decisão do presidente

Ao lado de vários representantes de centrais sindicais, o deputado Paulinho da Força (PDT-SP), presidente da Força Sindical, procurou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, para dizer que os sindicatos rejeitam a Emenda 3, aprovada na votação do projeto de criação da Super-Receita, e apóiam o veto à mudança.

Paulinho e outros sindicalistas argumentaram que a manutenção da emenda, ao permitir contratos com empregados transformados em pessoas jurídicas, terá repercussão sobre vários direitos trabalhistas, com consequências que consideram nefastas sobre a Previdência.

## Legislativo resgata importante prerrogativa, diz Arthur Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ontem que a sessão do Congresso destinada à leitura dos vetos presidenciais devolve importante prerrogativa ao Legislativo. Para o senador, o estranho é que o Congresso tenha se permitido ficar tanto tempo “subtraído de prerrogativa tão essencial”.

O parlamentar lembrou que, além dos vetos lidos, há outras “centenas” deles que podem ser analisados. Mas destacou três: dois que tratam da recriação das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) e um que se refere à Emenda 3 ao projeto da Super-Receita.

Segundo Virgílio, vetar leis é parte do poder constitucional do presidente da República, mas no momento em que o Congresso não

aprecia os vetos, salientou, deixa a última palavra com o presidente.

– A última palavra deveria ser do Congresso. De outra forma, o presidente, que já é fortíssimo no presidencialismo, passa a ser um imperador – analisou.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também saudou a iniciativa do Congresso de promover o exame dos vetos. Ele disse acreditar que serão derrubados os vetos parciais ao projeto da recriação da Sudam e da Sudene e à Emenda 3 ao projeto da Super-Receita.

Conforme Flexa Ribeiro, as duas superintendências seriam ineficazes com os vetos presidenciais e, no caso da Super-Receita, o Congresso “não pode deixar que um fiscal seja juiz de uma relação de trabalho”.

Senador recorre aos movimentos que resultaram nas eleições diretas e na Constituinte para destacar a importância da manifestação apartidária a ser realizada amanhã

## Cristovam anuncia caminhada pela educação em Fortaleza

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou em Plenário que ocorrerá amanhã, em Fortaleza (CE), a Primeira Caminhada pela Educação, uma manifestação apartidária que contará com a participação das mais diversas instituições e movimentos que atuam no setor.

– Tudo de grande neste país saiu de alguma caminhada: a Petrobras, as Diretas, a Constituinte. A revolução da educação tem que começar nas ruas – observou.

De acordo com Cristovam, Fortaleza foi escolhida por ter sido a primeira cidade do país a abolir a escravidão. O senador informou que manifestações nos mesmos moldes estão marcadas para as cidades de Curitiba e Belo Horizonte e disse esperar que a iniciativa se espalhe por



**Cristovam informa que há manifestações semelhantes marcadas para Curitiba e BH**

todo o país.

O parlamentar também esclareceu que a manifestação não tem o objetivo de lançar dúvidas quanto à efetividade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), conjunto de metas para o setor anunciadas pelo governo federal no início do mês, mas sim de cobrar sua

implementação pelos governos de todas as esferas da Federação e incentivar outras iniciativas relacionadas à educação.

– Essa é uma causa de todos ou uma causa de ninguém – disse.

### Poupança-Escola

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou entrevista em que o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, anunciou que o governo planeja adotar o projeto Poupança-Escola. A iniciativa, implantada pela primeira vez no Distrito Federal quando Cristovam Buarque era governador, garantiria a toda criança que iniciasse seus estudos uma determinada quantia depositada em sua conta, que poderia ser retirada após a conclusão do ensino médio.

### “Está faltando luz própria ao governo”, afirma Mão Santa

Em discurso no Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que “está faltando luz própria” ao governo Lula. O parlamentar afirmou que o povo brasileiro deseja que o governo federal garanta educação, saúde e segurança pública, o que não vem acontecendo.

Ele opinou que tais serviços “estão longe do ideal” e regis-



**Para Mão Santa, educação, saúde e segurança estão “longe do ideal”**

trou que, na cidade do Rio de Janeiro, viu “o povo brigando, para ser atendido” no Hospital Municipal Miguel Couto.

– O que era aquilo? Será que

foi tiroteio? Não, não era. Fiquei perplexo, tive medo. Gente implorando para ser atendida – lembrou.

Mão Santa cobrou do governo a construção da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, além de um hospital universitário e de um pronto-socorro na capital do Piauí, Teresina. Na opinião do senador, todos os hospitais do país “estão em falência”. Ele disse também que os investimentos em educação diminuíram nos últimos anos e que o desemprego aumentou.

### Agripino lamenta decisão da Câmara de barrar CPI do Apagão

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), protestou contra a decisão da Câmara de não instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo, destinada a investigar os recorrentes atrasos em vôos e os transtornos nos aeroportos brasileiros. O senador está disposto a aguardar a posição do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a existência ou não de fato determinado que justifique a instalação da CPI. Se o Supremo reconhecer a crise no setor aéreo nacional como motivação, Agripino diz que não res-

tará alternativa a não ser coletar assinaturas, desta vez no Senado, para novo requerimento.

– A CPI existe para investigar um assunto, encontrar a causa de um problema e encaminhar soluções – lembrou.

O senador afirmou ainda que “a incompetência do governo nessa questão vai ser paga pelo erário”, já acionado por ações de indenização impetradas pela TAM e pela Gol contra a União.

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), César Borges (PFL-BA), Mão Santa (PMDB-PI),



**Governo tem sido incompetente para resolver crise no setor aéreo, diz Agripino**

Efraim Morais (PFL-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Cícero Lucena (PSDB-PB), todos da oposição, fizeram críticas à forma com que o governo tem enfrentado a crise aérea e alertaram para a insegurança no setor.

## Situação da segurança no Brasil é “catastrófica”, diz Gerson Camata

Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu ontem as seis propostas de redução da maioria penal que tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Para ele, a situação da segurança pública no Brasil é “catastrófica” e, além disso, se constata um envolvimento cada vez maior de menores em crimes considerados hediondos, como homicídio, estupro, tráfico de drogas e seqüestro.

O senador disse que muita coisa mudou desde que o Código Penal brasileiro foi aprovado, em 1940. No Brasil, afirmou, os maiores de 16 e menores de 18 anos ganharam capacidade eleitoral ativa; o Código Civil, prosseguiu, rebaixou a maioria de 21 para 18 anos, e permitiu a emancipação aos 16.

Camata reconhece que a redução da maioria não é a “solução mágica” para deter o aumento



**Camata ressalta envolvimento cada vez maior de menores em crimes hediondos**

da criminalidade, mas defende sua inserção em um conjunto de providências destinadas a frear a escalada do crime.

O parlamentar pediu ainda que, na próxima sessão do Congresso, seja colocada em pauta a criação de comissão mista destinada a estudar não apenas os projetos que tratam do combate à violência, mas também as propostas sobre planejamento familiar.

### Mário Couto alerta para violência no interior do Pará

Mário Couto (PSDB-PA) declarou ontem, em Plenário, que 2.438 pessoas foram assassinadas no Pará em 2005. Ele ressaltou que a situação no interior do estado, em que 30 municípios estariam entre os mais violentos do país, “está incontrolável”. O senador criticou ainda o governo federal pela falta de investimentos em segurança, destacando que os



**Mário Couto critica governo pela falta de investimento em segurança no estado**

recursos recebidos pelo Pará nessa área vêm diminuindo desde 2002, o que “significa a guerra civil para o estado”.

– Isso contribui para o aumento da violência – frisou.

### Malta elogia programa contra a violência do município de Serra

Magno Malta (PR-ES) destacou ontem programa antiviolença implementado pela prefeitura de Serra, município do Espírito Santo. A cidade registra o maior número de assassinatos de jovens entre 15 e 24 anos, de acordo com pesquisa da Organização dos Estados Ibero-Americanos.

O senador informou que o prefeito Audifax Barcelos criou, por meio da Secretaria de Defesa Social, o Fórum Serra Cidade da Paz, constituído por 25 instituições e que prioriza 120 ações de prevenção à violência e combate à criminalidade. Um dos projetos cria incentivo de R\$ 100 em dinheiro para o aluno do ensino



**Malta: projeto Fórum Serra Cidade da Paz incentiva jovens a estudar**

fundamental, aprovado no ano letivo, que continuar na escola.

Malta disse que o Ministério da Justiça deverá implantar no Brasil um plano de segurança similar.



Entre os diplomatas Vieira de Souza (E) e Raul de Taunay, Heráclito preside reunião da CRE

## Comissão aprova embaixadores para Portugal e Zimbábue

A legalização de imigrantes, a regularização do exercício de algumas profissões e o reconhecimento de títulos acadêmicos estão entre os desafios do relacionamento entre Brasil e Portugal para os próximos anos, segundo o futuro embaixador brasileiro em Lisboa, ministro de primeira classe Celso Marcos Vieira de Souza. A mensagem presidencial contendo a indicação de seu nome recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O relator, senador Marco Maciel (PFL-PE), elogiou a indicação de Vieira de Souza e recordou a celebração, em 25 de março, dos 50 anos do processo de integração europeia.

O embaixador lembrou que a realidade portuguesa mudou radicalmente depois do ingresso do país na União Européia. Após o investimento em Portugal de 48 bilhões de euros, a expectativa de vida dos homens portugueses subiu de 70 para 75 anos.

### Zimbábue

Já no Zimbábue, os homens

vivem em média 37 anos, segundo informa o parecer favorável do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) à mensagem com o nome do diplomata Raul de Taunay para a embaixada brasileira em Harare. Uma grave crise econômica e política afeta atualmente o país, governado desde 1980 por Robert Mugabe, que tenta no momento adiar as eleições presidenciais marcadas para 2008.

Taunay afirmou que aceitou a indicação para o novo posto com “espírito de missão”. Ele ressaltou que pretende levar ao Zimbábue as “credenciais históricas” de uma diplomacia que foi favorável ao processo de descolonização e que tem “alicerces no paradigma da cooperação Sul-Sul”.

A CRE acolheu ainda parecer favorável a dois projetos de decreto legislativo que aprovam a implementação da parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo de Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, celebrado em 2003 entre Brasil e a Turquia.

## Diferença de fuso horário do Acre poderá diminuir

A diferença entre o horário oficial de Brasília e o horário do Acre e do oeste do Amazonas poderá cair de duas horas para apenas uma. A mudança consta do Projeto de Lei 305/06, do senador Tião Viana (PT-AC), que foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A proposta, que teve como relatora a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), modifica a atual legislação que regulamenta a hora legal no país, datada de 1913. Por meio do projeto, extingue-se um dos quatro fusos horários em que se divide o Brasil. Com isso,



Proposta de Tião Viana aprovada na CRE altera diferença para apenas uma hora

o Acre e a porção oeste do Amazonas passam a fazer parte do fuso horário de Greenwich menos quatro horas, onde já se encontra, por exemplo, a cidade de Manaus. Segundo a relatora, essa mudança facilitará as comunicações e o transporte aéreo para aquela região, permitindo “participação mais efetiva na vida econômica, política e cultural do país”.

Ao reunir-se com Renan Calheiros e presidentes das comissões permanentes, chanceler neozelandês defende intercâmbio de estudantes e trabalhadores entre os dois países

## Chanceler da Nova Zelândia é recebido por senadores

Acompanhado dos presidentes das comissões permanentes, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Winston Peters, com quem discutiu o estreitamento dos laços comerciais entre os dois países e a preocupação brasileira em eliminar entraves ao crescimento econômico.

– Ainda temos muitos problemas a serem resolvidos, como carga tributária alta, falta de segurança jurídica e dificuldades burocráticas – disse Renan, ao frisar, entretanto, que o cenário econômico brasileiro torna-se cada vez mais atrativo para os investimentos internacionais e que o comércio entre os dois países tem potencial bem superior aos números hoje apresentados.

Vários senadores falaram sobre a reativação do Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia, pre-



Ministro neozelandês, Winston Peters (ao centro, ao lado de Renan) visita o Senado

sido, pelo lado brasileiro, por Efraim Morais (PFL-PB).

Winston Peters disse que as duas nações deveriam dedicar-se mais ao programa desenvolvido por seu país, denominado Férias no Trabalho, que propicia o intercâmbio de estudantes e trabalhadores. Ele informou que a Nova Zelândia mantém esse programa

com 37 países e que, se há tantos jovens brasileiros falando inglês, já é tempo de os neozelandeses se dedicarem a aprender português.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Heráclito Fortes (PFL-PI) mencionou seu respeito por aquele país, que foi o primeiro a instituir o voto feminino.

## Suplicy adia visita ao Iraque por medida de segurança

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem, em Plenário, decisão de adiar, por ora, sua ida ao Iraque para expor o programa de renda mínima a dirigentes e líderes daquele país. O convite ao senador foi feito pelo Conselho de Representantes do Iraque.

O motivo da desistência, segundo informou Suplicy, é a falta de segurança no Iraque, em conflito desde a invasão pelos Estados Unidos, ocorrida há quatro anos, completados na última terça-feira.

Ele disse que tomou a decisão por recomendação do ministro Celso Amorim, feita por intermédio do secretário-executivo do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, os quais reputa como amigos.

O senador mencionou a queda de um foguete, ocorrida ontem, próximo ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, que dava entrevista ao lado do primeiro-ministro do Iraque, Nuri al-Maliki, na denominada área verde,



Suplicy lembra queda de um foguete na área verde, supostamente segura

supostamente segura.

Em seu discurso, o parlamentar ainda parabenizou Marta Suplicy, sua ex-esposa, pela escolha para ocupar a pasta do Turismo.

## Exedito Júnior propõe fundo para defender fronteiras

Exedito Júnior (PR-RO) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) para criação do Fundo Emergencial Temporário para Segurança nas Fronteiras. Caso seja aprovado, o fundo deverá vigorar até o ano 2020 e ter orçamento anual de, no mínimo, R\$ 2 bilhões.

– Esses recursos extraordinários



Exedito diz que verbas serão usadas em ações de vigilância e segurança

serão usados em cooperação entre estados e governo federal em ações de vigilância e segurança nas fronteiras – disse.

O senador aponta a frágil vi-

gilância nos 15.719 quilômetros de fronteiras terrestres do país, principalmente na região amazônica, situação que as torna vulneráveis ao contrabando de drogas e armas.

Como o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou proposta semelhante, Exedito solicitou a tramitação conjunta das matérias. Ele também solicitou a transcrição de entrevista do ex-senador Bernardo Cabral ao jornal Tribuna da Imprensa, em que aponta a região de fronteira como rota de traficantes.

Novo fórum pretende debater medidas para estimular a preservação e o desenvolvimento da região que contém 9% da água doce disponível no planeta

## Parlamentares lançam a Frente Amazônia para Sempre

Foi lançada ontem, Dia Mundial da Água, a Frente Parlamentar Mista Amazônia para Sempre, que já conta com 23 senadores e 253 deputados. Esse fórum pretende debater medidas destinadas a estimular a preservação e o desenvolvimento da região que contém 9% da água doce disponível do planeta.

Na cerimônia de lançamento, além de Serys Slhessarenko (PT-MT) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), estiveram presentes a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o presidente da Câmara,

deputado Arlindo Chinaglia.

Marina destacou a importância de se dar sustentabilidade política às questões que envolvem a Amazônia. Para a ministra, o momento em que a Humanidade toma consciência de que é responsável pelo aquecimento global está obrigando muitos países a adotarem medidas.

Serys Slhessarenko disse que a preocupação com o meio ambiente e com o aquecimento global é mundial, mas que o Brasil precisa fazer a sua parte, por mais difícil e complexo que isso seja.

Já o presidente da Câmara afirmou que na Amazônia concentram-se todos os debates modernos e manifestam-se os problemas causados, destacou, por uma estrutura econômica que vê o lucro a qualquer preço, destruindo florestas e pessoas.

A Frente Parlamentar Ambientalista, a ONG SOS Mata Atlântica e a EcoCâmara também realizaram uma série de eventos para comemorar o Dia Mundial da Água. A frente, coordenada pelo deputado Sarney Filho (PV-MA), conta com 280 parlamentares.



Chinaglia (E), Marina, Vanessa Grazziotin, Janete Capiberibe e Perpétua Almeida ouvem Serys

### Em defesa de medidas ousadas

Em pronunciamento no Plenário, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu medidas “ousadas” para preservar a água e evitar sua escassez em futuro próximo no território brasileiro.

Embora reconhecendo como positivo o fato de o governo ter aprovado em 2006 o seu Plano Nacional de Recursos Hídricos – que visa garantir o uso racional da água até 2020 –, o senador ressaltou que alguns dispositivos nem sequer foram efetivados. Entre esses, mencionou a responsabilidade das companhias de saneamento sobre o tratamento de água e pediu providências ao governo quanto à regulamentação dessa atividade.

Conforme Valadares, a obrigação de tratar águas servidas não é do consumidor-familiar, “que já paga à companhia de saneamento do Estado ou privada”. Para o senador, as águas que estão sendo devolvidas aos rios, mares e lagoas acabam totalmente poluídas “e quem polui é a própria companhia de água”.



Antônio Carlos Valadares



Delcídio Amaral

### Alerta sobre desafios para a Humanidade

Delcídio Amaral (PT-MS) alertou para desafios ambientais, sobretudo em relação à disponibilidade mundial de água potável. O senador citou a necessidade de projetos de desenvolvimento comprometidos com a preservação de regiões como o Pantanal e a Amazônia: “Quem tiver água nesse milênio tem futuro”.

Delcídio lembrou que apenas 0,07% da água do mundo é potável e que, desse total, 32% estão no Brasil. Disse que a Humanidade convive com outros problemas graves, como a contaminação de alimentos: o uso de fertilizantes e de pesticidas cresceu mais de 350% entre 1961 e 2002, fazendo com que uma maçã possa conter resíduos de até 26 tipos de agrotóxicos.

O senador apontou outro desafio: o aumento de temperatura, entre 2°C e 5°C, e do nível dos oceanos já produz efeitos como o surgimento da malária aos 2.300 metros de altitude na Colômbia. Além disso, 16 mil espécies da fauna entraram na lista de ameaçadas de extinção.

### Benefício a produtor rural que preservar

Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou que apresentou projeto de lei para beneficiar o produtor rural que adotar princípios, métodos e técnicas que resultem na diminuição de sedimentos, na redução de contaminação e de resíduos que seriam despejados em cursos d’água.

O senador observou que, mantidas as tendências atuais, mais de 45% da população mundial não terá a quantidade mínima de água para o consumo diário no ano de 2050. Ele acrescentou que, hoje, 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso a água potável e que, nos países em desenvolvimento, o problema está diretamente relacionado a 80% das mortes e enfermidades.

Casagrande salientou que, embora o Brasil tenha 12% das águas doces do mundo, enfrenta problemas com a disponibilidade desses recursos. A Região Hidrográfica Amazônica, por exemplo, abriga 74% da disponibilidade de água no país, mas concentra menos de 5% da população.



Renato Casagrande



Garibaldi Alves

### Mobilização para superar dificuldades

Um esforço sério e urgente em prol da água, que disse considerar o recurso natural mais importante do planeta, foi defendido por Garibaldi Alves (PMDB-RN). Depois de alertar para os riscos ao meio ambiente provocados pelo aquecimento global, o senador disse que regiões como o semi-árido brasileiro, onde se localiza boa parte do Rio Grande do Norte, devem ser beneficiadas por políticas adequadas de repartimento da água.

Garibaldi apontou o quadro atual como decorrente de vários anos de negligências, principalmente das nações mais desenvolvidas. Diante dos alertas recentes, disse ter observado o início de uma intensa mobilização para enfrentar o problema ambiental. O próprio Senado criou duas subcomissões permanentes.

O senador disse que o Nordeste tem o semi-árido mais populoso do planeta e um quadro hídrico insuficiente para atender à sua população, mesmo diante dos investimentos realizados ao longo dos anos.

### Futuro pode ser de grande sofrimento

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lamentou o que chamou de alerta da Organização Mundial da Saúde (OMS): mais de 1 bilhão de seres humanos sofrem com a falta ou a contaminação da água ao redor do mundo. E pior, ressaltou o senador, o número poderá dobrar até 2025 em virtude do aquecimento global.

– Estamos falando do futuro do planeta. Não se trata apenas de alarde, mas de realidade. Sem preservação, os anos que virão poderão ser de grande sofrimento – disse.

Azeredo citou pesquisas que apontam aumento de até 4 graus Celsius na temperatura média da Terra até 2100. Com isso, acrescentou o senador, as secas serão 65% mais frequentes, o que poderá, inclusive, prejudicar os programas mundiais de combate à pobreza.

Segundo o senador, uma em cada quatro pessoas do planeta não tem acesso à água potável, e 40% da população mundial vive sem saneamento básico.



Eduardo Azeredo



Marconi Perillo

### Devastação da maior fonte de água e oxigênio

Marconi Perillo (PSDB-GO) aproveitou a celebração do Dia Mundial da Água para cobrar o combate às queimadas, fator de agravamento do aquecimento global. Ao ler trecho do artigo “Fazedores de deserto”, publicado pelo escritor Euclides da Cunha, em 1901, no jornal O Estado de S. Paulo, Marconi Perillo observou que o autor de Os Sertões já advertia, à época, para as mudanças climáticas provocadas pelas queimadas.

– É inaceitável que a sociedade, empresas e governo não se reúnam para frear a devastação do maior manancial de água e oxigênio do mundo – afirmou, em referência à devastação na Amazônia.

Segundo informou, o país registrou um avanço nas queimadas superior a 300% entre 2004 e 2005. Além da preservação da Amazônia, Marconi Perillo considerou fundamental serem implementados os acordos internacionais na área de meio ambiente, como a Agenda 21 e o Protocolo de Kyoto.

# João Tenório aponta vantagens da produção de biocombustíveis

Senador sugere que países invistam na produção do etanol, combustível que proporciona menor dependência do petróleo, redução na poluição e garantia de suprimento

Ao defender a produção de biocombustíveis, principalmente do etanol, João Tenório (PSDB-AL) ressaltou que “os combustíveis de origem vegetal permitem, aos países que os produzem, obter menor dependência do petróleo”.

O senador lembrou que o petróleo provém, “na grande maioria dos casos, de países de alta instabilidade política”, acrescentando que, devido à concentração da produção desse combustível em poucos países, estes podem administrar seus preços.

– Com o etanol, isso não é



Países podem produzir etanol a partir de diferentes matérias-primas, diz Tenório

possível, pois praticamente todos os países do mundo podem produzi-lo a partir de diferentes

matérias-primas, como cana-de-açúcar, milho, beterraba ou celulose – justificou.

Outra vantagem por ele apontada é a garantia de suprimento. Tenório assinalou que a escassez de petróleo é comprovada pelo contínuo aumento de preços e pela crescente elevação dos custos para descobrir novas reservas. O senador observou ainda que a difusão da tecnologia flex fuel permite aos consumidores migrarem de gasolina para álcool ou vice-versa com o mesmo veículo, sem ser prejudicado pela eventual escassez de um deles.

## “Parte do povo da Amazônia não tem água potável”

Ontem, no Dia Mundial da Água, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu atenção para “as péssimas condições de vida dos amazônidas”. Segundo ele, apesar de viver na maior reserva de água doce do planeta, grande parte do povo da Amazônia não tem acesso a água potável nem a esgoto tratado.

O senador informou que três quartos do planeta Terra são cobertos por água, mas 97,5% desse montante corresponde a água salgada, imprópria para o consumo. E, ainda, a maior parte dos 2,5% de água doce restante representa águas congeladas dos pólos e dos cumes das montanhas.

– A Amazônia já é alvo de cobiça internacional pela sua biodiversidade, e, à medida que for rareando a água doce do mundo, essa cobiça se voltará para a região com ainda mais intensidade – alertou.

Flexa Ribeiro também cobrou providências do presidente Lula quanto à transferência de recursos federais para a área de segurança pública no Pará, “que vêm diminuindo a cada ano”.



## Criação de um fundo para arrendamento da biomassa

A criação de um Fundo Nacional para o Arrendamento da Biomassa – que teria o objetivo de financiar a preservação ambiental e valorizar os ativos naturais do país – foi sugerida por Jayme Campos (PFL-MT). O fundo, de acordo com o senador, seria composto por recursos captados de forma voluntária, no Brasil e no exterior, e por multas aplicadas sobre atividades poluidoras do meio ambiente.

Jayme Campos disse que os recursos poderiam ainda ser utilizados em investimentos de planos de manejo, na defesa de áreas de risco ambiental e no pagamento de indenizações temporárias aos produtores rurais atingidos pela MP 2.166-67/01. A norma alterou o Código Florestal e reduziu em 20% a autorização de derrubadas de árvores em áreas de floresta.

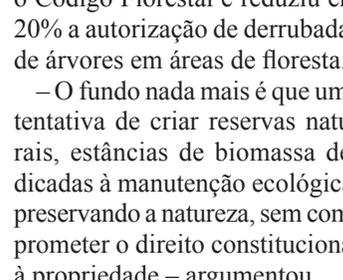
– O fundo nada mais é que uma tentativa de criar reservas naturais, estâncias de biomassa dedicadas à manutenção ecológica, preservando a natureza, sem comprometer o direito constitucional à propriedade – argumentou.

## Licenças do Ibama favoreceram empreendimentos

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) emitiu 278 licenças ambientais em 2006, das quais 143 favoreceram empreendimentos no setor de transportes e de energia. Os dados constam de relatório das atividades executadas pela instituição nos últimos quatro anos, apresentado ontem, em Plenário, por Sibá Machado (PT-AC).

De acordo com o senador, os licenciamentos favoreceram empreendimentos de grande impacto econômico e elevado alcance social, por força de seus efeitos na mobilização de mão-de-obra, na compra de insumos e na geração de receita governamental para a União, estados e municípios.

Sibá ressaltou que a emissão de licenças ambientais pelo Ibama vem crescendo significativamente desde o início da gestão de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente. O senador também saudou a publicação, ocorrida ontem, do decreto presidencial que regulamenta a Lei de Gestão de Florestas Públicas.



Flexa Ribeiro



Sibá Machado



Inácio Arruda, José Nery e o subprocurador Luís Camargo durante a cerimônia na CDH

## Instalada subcomissão que debaterá trabalho escravo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) instalou ontem oficialmente a Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo. Foram eleitos como presidente e vice-presidente do novo colegiado os senadores José Nery (PSOL-PA) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), respectivamente. Os demais titulares são Eduardo Suplicy (PT-SP), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A subcomissão tem o objetivo de, durante um ano, fazer um trabalho de fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas à erradicação do trabalho escravo e propor soluções nesse sentido.

Em seu pronunciamento, o presidente da subcomissão lembrou que, de acordo com estimativas oficiais, há no Brasil entre 25 mil e 40 mil trabalhadores em condições análogas à de escravos. A maioria dos casos (35,5%), ressaltou José Nery, está no Pará. Em seguida, vêm Tocantins (20,9%), Maranhão (16,9%), Mato Grosso (9,3%) e Goiás (5,2%).

Inácio Arruda informou aos demais senadores que vai colocar em votação na próxima reunião uma sugestão para troca de nome do colegiado para Subcomissão de Combate e Erradicação do

Trabalho Escravo, por proposta de Patrícia Saboya (PSB-CE) e do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Sebastião Vieira Caixeta.

### Propostas

Presente à cerimônia de instalação, o subprocurador-geral do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo, coordenador nacional do Combate ao Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, afirmou que a subcomissão terá um papel importante na discussão e no encaminhamento de vários projetos de lei sobre o assunto.

José Nery anunciou que vai marcar reunião com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e líderes partidários daquela Casa para solicitar a votação urgente, em segundo turno, da PEC do Trabalho Escravo, que tramita na Câmara. Para o senador, essa é uma das mais importantes das 20 proposições sobre o tema em tramitação no Congresso.

De autoria do ex-senador Ademir Andrade, a proposta (PEC 438/01) determina a expropriação imediata das terras onde for identificada exploração de trabalho escravo. Essas glebas deverão ser destinadas à reforma agrária, com o assentamento de colonos que já trabalhassem no local, sem indenização ao proprietário.

## Paim: colegiado deve se dedicar a combater as causas do problema

A Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo deverá concentrar sua atuação no ataque às causas do problema. A opinião é do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), manifestada ontem durante a instalação do novo colegiado. “Vamos trabalhar na linha da prevenção, passando pelo viés da educação”, explicou. O senador afirmou que, para atacar o trabalho escravo, é preciso combater também a prostituição infantil e o tráfico internacional de mulheres.

Inácio Arruda, vice-presidente da subcomissão, lembrou que é preciso atuar não só no combate

ao trabalho escravo rural, mas também no urbano, nas grandes periferias. Lúcia Vânia pediu atenção especial para a questão do trabalho infantil.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que o colegiado coloque entre suas prioridades o trabalho escravo doméstico e propôs a criação de um número 0800 para que a sociedade possa fazer denúncias.

Também ofereceram sugestões à subcomissão temporária Patrícia Saboya, Eduardo Suplicy (PT-SP), Cícero Lucena (PSDB-PB), Jayme Campos (PFL-MT) e Cristovam Buarque (PDT-DF).



Roriz: ONU aponta a capital como a cidade com melhor qualidade de vida no Brasil

## Roriz declara que optou pelos pobres ao governar Brasília

O senador Joaquim Roriz (PMDB-DF) fez ontem, em seu primeiro discurso no Senado, um balanço de suas quatro gestões como governador do Distrito Federal. Declarando seu amor por Brasília e por sua população, o parlamentar destacou a “opção preferencial pelos pobres” em sua administração.

– Minha trajetória política está inegavelmente ligada aos mais humildes. É a eles que dedico minha vida política – frisou.

Roriz manifestou-se orgulhoso pelo fato de Brasília ostentar o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, sendo apontada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a cidade de melhor qualidade de vida no Brasil.

Esse resultado, segundo afirmou, foi obtido com a criação de programas sociais como o Renda Minha, os restaurantes comunitários, a distribuição gratuita de pão e leite e o Bolsa-Universidade.

O senador lembrou a realização de obras como a usina Corumbá IV, a ponte JK, a reforma do Centro de Convenções, a construção de 30 anéis rodoviários e a criação de seis novas cidades no DF.

### Conjunto Cultural

Roriz assinalou que sempre esteve preocupado com a manutenção do projeto original de Brasília, respeitando a concepção do urbanista Lúcio Costa para a cidade e o estilo arquitetônico de Oscar Niemeyer. Em razão disso, conforme explicou, decidiu completar a Esplanada dos Ministérios com a construção do Conjunto Cultural da República, formado pela Biblioteca Nacional e pelo Museu da República.

O senador disse que cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal e entregou o governo do DF com as contas em dia e superávit. Ele foi apartado por José Sarney (PMDB-AP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Mão Santa (PMDB-PI), Adelmir Santana (PFL-DF), Romeu Tuma (PFL-SP) e Marconi Perillo (PSDB-GO).

Ministro diz que oferta de eletricidade será ampliada em 12,3 mil megawatts até 2009 graças ao PAC, que destinará para o setor de infra-estrutura energética R\$ 283,5 bilhões

# Rondeau descarta novo apagão e garante retomada do crescimento

O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, anunciou ontem, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê aplicações da ordem de R\$ 504 bilhões até 2010, vai destinar à infra-estrutura energética R\$ 283,5 bilhões, para construção de linhas de transmissão e investimentos em petróleo e gás natural.

Segundo afirmou, o aumento da oferta de energia fará com que o país cresça 5% a partir do próximo ano. Ele destacou que, de 2007 a 2009, o PAC deverá agregar a geração de 12,3 mil megawatts, além de uma produção anual de 800 milhões de barris de petróleo. Informou ainda que a hidrelétrica do rio Madeira, na Amazônia, deverá sair do papel ainda este ano.

### Debates

Autor do requerimento que resultou na audiência pública, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que preside a CI, mostrou-se preocupado com o risco de déficit de energia em torno de 5%, nos próximos anos, o que poderia levar o Brasil a um novo apagão. O parlamentar chamou a atenção



Marconi (2º à dir.), ao lado de Gabrielli (E), Rondeau e Magno Malta (D), dirige reunião

para o aumento do preço do gás natural para o consumidor, depois da assinatura do novo acordo entre Brasil e Bolívia.

Em resposta, Rondeau disse que o índice de 5% de risco de déficit “é previsível”, mas não constitui alarde para o setor energético brasileiro.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), manifestou apreensão com possíveis investimentos, da ordem de US\$ 1 bilhão, do governo brasileiro na fronteira com a Bolívia, para a construção de um pólo de polipropileno.

Por sua vez, Eliseu Resende (PFL-MG) defendeu uma redução

no consumo interno de gasolina, óleo diesel e demais derivados de petróleo, a fim de que o Brasil se torne exportador do produto.

Já o senador João Tenório (PSDB-AL) afirmou que o PAC nada mais é do que uma superposição de programas, enquanto Valdir Raupp (PMDB-RO) voltou a pedir pressa na liberação de licenças ambientais para as usinas do rio Madeira e de Belo Monte. Também participando do debate, Delcídio Amaral (PT-MS) aplaudiu o programa lançado em janeiro pelo governo federal e pediu maiores investimentos para a área de energia em seu estado.

## Gabrielli: demora em licença poderá dificultar projetos

O presidente da Petrobras, José Gabrielli, informou, na audiência pública, que o PAC destinou R\$ 171,7 bilhões para investimentos da estatal, sendo que o maior volume de recursos (58,2%) irá para as áreas de petróleo e gás natural. A empresa, explicou, pretende realizar investimentos, até o ano de 2010, em subprogramas relacionados à exploração, produção e refino de petróleo, transporte, petroquímica, gás natural e energias elétrica e renováveis.

Gabrielli destacou que a meta de produção de petróleo e gás é de 70 milhões de metros cúbicos até o fim de 2010. Ele ressaltou que o Sudeste receberá a maior parte dos investimentos da estatal – cerca de 74%. Nessa região, observou, localizam-se as maiores reservas de petróleo brasileiras. No Nordeste, frisou, serão aplicados cerca de 16% dos recursos.

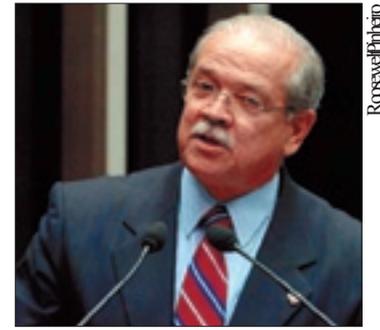
Poderão ocorrer dificuldades de implementação dos projetos da Petrobras com os recursos do PAC, segundo disse, em razão de problemas com licenciamento ambiental e com a diferença entre a demanda do consumo de petróleo e o progresso industrial para o fornecimento do produto. A deficiência de mão-de-obra especializada, salientou, também pode ser uma das dificuldades que a Petrobras terá que enfrentar. A fim de minimizar essa questão, a empresa deve implantar programas de capacitação profissional.

## Problema decorre das leis ambientais, diz ministro

Silas Rondeau afirmou que a sua pasta e o Ministério do Meio Ambiente ainda têm divergências quanto à velocidade na concessão de licenças ambientais para a contratação, a construção e o início da operação de hidrelétricas. Essas diferenças têm motivado conversas diárias entre as duas equipes. “Não há problemas de relacionamento entre os dois ministérios”, garantiu a Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Na opinião do ministro, as dificuldades na concessão de licenças decorrem da aplicação das leis ambientais brasileiras, incluídas “entre as mais avançadas do mundo”. Ele informou, entretanto, respondendo a Raimundo Colombo (PFL-SC), que durante o governo Lula já foram concedidas 56 licenças em âmbito federal: 17 prévias, 16 para a instalação (construção) e 23 para a operação.

Em resposta a Wellington Salgado (PMDB-MG), Rondeau afirmou estar seguro de que o país terá oferta de energia para viabilizar o crescimento projetado pelo PAC. Quanto a críticas do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e a elogios da líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), o ministro disse acreditar nos projetos do PAC e no acerto do planejamento estratégico do governo. Sérgio Gabrielli informou a Virgílio que o gasoduto Coari-Manaus deverá estar concluído em 2008.



Para César Borges, Controladoria Geral abandonou princípio da materialidade

## César Borges critica método da CGU para fiscalizar recursos

“A Controladoria Geral da União (CGU) abandonou o critério da materialidade para fiscalizar verbas públicas, preferindo realizar sorteios em pequenas prefeituras para avaliar a aplicação do dinheiro público.” A afirmação foi feita ontem, em discurso no Plenário, pelo senador César Borges (PFL-BA), ao comentar relatório de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na CGU, que, de acordo com o jornal Correio Braziliense, teria apontado um desequilíbrio favorável a cidades administradas pelo Partido dos Trabalhadores no repasse de recursos públicos.



Virgílio condena uso de dinheiro do FAT em campanha a favor do veto à Emenda 3

## Virgílio leva para os Anais matéria sobre auditoria

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), pediu a transcrição nos Anais do Senado de reportagem do jornalista Hugo Braga, publicada na edição de ontem do jornal Correio Braziliense, sob o título “TCU suspeita que CGU protege cidades petistas”. A matéria relata auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União na Controladoria Geral da União.

Virgílio condenou ainda o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por “potentados sindicais” para fazer propaganda a favor da manutenção do veto à Emenda 3 do projeto que cria a Super-Receita.